

COTIDIANO E SOCIABILIDADES NO IMPÉRIO ROMANO



GILVAN VENTURA DA SILVA
LENI RIBEIRO LEITE
ÉRICA CRISTHYANE MORAIS DA SILVA
BELCHIOR MONTEIRO LIMA NETO
Organizadores

COTIDIANO E SOCIABILIDADES NO IMPÉRIO ROMANO



Vitória, ES
2015

ESPAÇO DOMÉSTICO E SOCIABILIDADES: AS *DOMUS* DE BRACARA AUGUSTA

Fernanda Magalhães

Introdução

As sociedades do passado podem ser estudadas por meio das estruturas e objetos, materialidades que nos falam dos espaços e construções que formalizaram as cidades antigas. Ainda que a Arqueologia tenha acesso apenas a um registo fragmentado do passado, que condiciona, naturalmente, a nossa compreensão da funcionalidade dos espaços urbanos, importa referir os extraordinários progressos no conhecimento das cidades romanas provinciais decorrentes do desenvolvimento da Arqueologia Urbana a partir dos anos 70 do século XX. O conhecimento hoje disponível sobre a cidade romana de *Bracara Augusta* constitui, a todos os títulos, um bom exemplo da importância da Arqueologia Urbana, permitindo restituir o traçado urbano da *urbs* romana e a sua evolução, identificar edifícios públicos e reconhecer numerosas *domus* que ocupavam os quarteirões da cidade.

Sabemos que a cidade romana se caracterizava por apresentar um conceito utilitário e prático do espaço, sendo concebida para responder às necessidades de quem as habitava, por intermédio de espaços, edifícios e equipamentos, mas também da organização das áreas residenciais. Apesar da arquitetura pública urbana ter sido mais valorizada na historiografia tradicional, cabe destacar a crescente importância assumida pela arquitetura privada urbana, que vem facultando novos dados sobre a estrutura e a economia das cidades das províncias ocidentais do Império, mas também sobre o cotidiano da cidade antiga.

Condicionadas pela topografia do terreno, pelo plano urbanístico das cidades, pelos materiais e sistemas construtivos e pela capacidade de aquisição dos seus proprietários (URIBE AGUDO; HERNÁNDEZ VERA; BIENES CALVO, 2011, p. 241), as *domus* constituem contextos arquitetónicos de grande interesse para se compreender as técnicas construtivas, mas também para caracterizar a natureza das elites urbanas, tanto no âmbito econômico,

como cultural, documentando o seu grau de conformidade com a *romanitas*. Esta perspectiva de investigação, que visa ao estudo das estruturas sociais e econômicas dos territórios romanizados e dos seus processos de urbanização, contempla vários tipos de análise espacial e construtiva, designadamente relativos à inserção dos edifícios na malha urbana, às técnicas e materiais de construção, à função dos diferentes espaços e ao programa decorativo, já que todos fornecem informações para compreendermos melhor o complexo universo que formalizava a casa como residência familiar, mas também como espaço social e cenário de representação, tanto da vida privada como da vida de relação. Segundo Wallace-Hadrill (1990, p. 149), a arquitetura privada deve ser entendida como um documento que foi sendo escrito pelo seu consumidor, porque será essa abordagem que possibilitará a leitura do seu conteúdo.

Deste modo, um estudo de âmbito doméstico não deve contemplar apenas uma abordagem planimétrica, pois, numa perspetiva sócio-estrutural, é importante considerar os fenômenos sociais que serviram para explicar a configuração espacial da casa romana (BERMEJO TIRADO, 2007, p. 232). Assim, uma habitação deve ser entendida como cenário social da vida cotidiana, um espaço que foi vivido e habitado, que nos permite aceder, ainda que de forma fragmentária, à história de quem as habitou.

Sem dúvida, na análise da casa senhorial romana, o objeto de estudo são os vestígios produzidos pelas atividades cotidianas dos seu sucessivos habitantes. No entanto, ao longo da vida, cada habitante de um espaço doméstico produz imensas ações que podem gerar alterações materiais muito diversas, o que implica consequências para a análise das atividades domésticas. Assim, a casa romana não deve ser interpretada apenas como mera estrutura, devendo antes ser entendida como um organismo que foi criado para responder a um complexo conjunto de objetivos, segundo uma lógica de produto social, já que a sua construção tem que ser compreendida como resultado de um complexo fenômeno cultural, uma vez que a sua organização e forma foram influenciadas pelo meio social e não simplesmente pensadas em função de meras necessidades privadas (RAPOPORT, 1972, p. 65).

Nesse sentido, pode-se considerar que cada casa funciona como um microcosmos experimental, que pode ser examinado como um universo

em miniatura. Na verdade, trata-se de um espaço privilegiado para abordar o cotidiano familiar, mas também as diversas relações de sociabilidade que se estruturavam entre os membros da família e entre estes e a sociedade. É essa a perspectiva que orienta este trabalho dedicado ao estudo das *domus* de *Bracara Augusta*, uma vez que, ainda que cada habitação possa ser considerada diferente das demais, todas apresentam semelhanças entre si, que permitem valorizar dados de natureza comportamental e cultural (FERNÁNDEZ VEGA, 1999, p. 454).

A casa senhorial romana

A arquitetura privada transmite sempre, nas suas características gerais, a sociedade que a produziu, revelando aspectos de natureza social e econômica relacionados com o estatuto do seu proprietário, pois as necessidades arquitetônicas eram usadas para difundir determinados códigos sociais. Assim, as *domus* destinavam-se às elites, desempenhando um papel importante como residência da família, mas também como espaço de representação do êxito e da nobreza dos seus proprietários. Neste sentido, existia uma estreita relação entre a casa e a posição social do seu proprietário, pois a ostentação e a decoração da habitação relacionavam-se com a vivência social, tentando sempre responder a uma sociedade altamente competitiva (SILVA, 2000, p. 29).

Quando falamos de *domus* referimo-nos a uma casa particular, de grandes dimensões, que funcionava como residência das famílias das classes altas, normalmente ocupada por um só proprietário e por sua família.

O crescimento do luxo entre as elites romanas transformou radicalmente o quadro doméstico, contribuindo para a emergência de uma vida privada mais cômoda, mas também para a transformação das *domus* em espaços de representação social. De fato, quando a vida de relação se foi impondo na família senhorial romana, a casa ficou maior e também mais confortável, o número de compartimentos aumentou, bem como a quantidade de escravos dentro da casa. A ostentação da esfera privada era considerada uma exigência das classes mais endinheiradas. Deste modo, a casa senhorial romana foi evoluindo, ficando muito mais cômoda, com divisões mais amplas, sendo ricamente decorada e ajardinada, difundindo o gosto pelo

luxo e sumptuosidade. As *domus* eram não só os locais onde se vivia, mas também um elemento da atividade econômica e social do seu proprietário, constituindo a representação física do poder econômico do seu dono e funcionando como estrutura de controle social.

Assim, a disposição arquitetônica e as áreas da casa romana estavam associadas sempre à sua natureza funcional, havendo uma articulação entre os diferentes espaços, que se organizavam em torno de duas esferas, uma privada, dedicada aos usos domésticos e ao convívio social, e outra semiprivada ou pública, associada às visitas e aos negócios (SILVA, 2000, p. 29).

A *domus* era concebida em função do seu interior, que dispunha de áreas reservadas a usos concretos, como os *cubicula* para dormir, os *triclinia* para jantar, o *tablinum* para receber os clientes e as *exedrae*, *oecus* para receber as visitas (GUILLEN, 1997, p. 60). Por isso, a casa senhorial romana representava um microcosmo no qual decorriam várias atividades e numerosos agentes. De fato, uma *domus* acolhia um grande número de pessoas, que viviam com a família ou recorriam a ela diariamente. O seu proprietário recebia diariamente um elevado número de clientes para o saudarem, uma prática identificada como *salutatio*, que tinha lugar entre a segunda e terceira horas do dia. Este ritual decorria em três cenários da casa: o vestibulo, a área de acesso ou entrada; o *atrium*, local onde era realizada a espera; e o *tablinium*, onde era efetuada a recepção e a saudação ao patrono. Foi considerada a divisão principal da casa, sendo a sede do poder familiar, já que era aqui que estava o senhor da casa.

Depois da *salutatio*, o *dominus* abandonava a casa para se dedicar aos negócios, deslocando-se em cortejo até ao fórum, que abandonava pela sexta hora para se dirigir às termas, onde permanecia até à nona hora, momento em que regressava à casa para a *cena*. Durante a ausência do *pater familias*, a direção da casa ficava a cargo da esposa, que controlava todas as tarefas domésticas e também recebia a sua clientela.

Sem dúvida que a habitação romana cumpria diversas funções, transformando-se na sede de atividades bastante heterogêneas, entre as quais se destacava a organização de banquetes, que serviam para o proprietário demonstrar o seu estilo de vida, a sua cultura e as suas amizades. Devido ao gosto dos romanos por festas, existia a ideia de que as cozinhas deviam ser grandes para a preparação dos banquetes. Eram, no entanto, locais

modestos, a antítese do luxo, associados ao fogo, fuligem, fumo e odores, sendo descritos nas fontes literárias como a “cozinha negra” (FERNÁNDEZ VEGA, 1999, p. 229).

Existiam diversos compartimentos da *domus* destinados a receber as visitas, entre os quais o *tablinum*, o *triclinium*, as *exedrae* e os *oeci*, espaços destinados à representação, que permitiam criar uma imagem do dono da casa, da sua riqueza e nível cultural, funcionando como espelho daquilo que o *dominus* queria demonstrar, o que, em parte, era conseguido por meio de elaborados programas decorativos.

A casa senhorial urbana possui, assim, um elevado potencial para avaliar o modo como as diferentes regiões e comunidades integradas no Império assimilaram o *modus vivendi* romano, bem representado na generalização de banhos privados ou no modo de comer em salas triclinares, indícios que permitem caracterizar o grau de romanização das populações. Desta forma, a casa romana não pode ser entendida como um simples edifício, mas como um espaço complexo no qual se materializam atividades sociais, econômicas e culturais.

As domus de Bracara Augusta

As primeiras referências que aludem à existência de casas romanas em Braga remontam a 1960 (MARTINS; DELGADO, 1989/90, p. 26). Contudo, foi a partir de 1976, com o início da Arqueologia Urbana, que foram realizadas as largas dezenas de escavações que, desde então, no âmbito do Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*, da responsabilidade da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, têm permitido identificar vários vestígios de *domus* com cronologias que se situam entre o período flaviano e o baixo-imperial.

Até o momento, as *domus* identificadas permitem confirmar a reprodução, em *Bracara Augusta*, de elementos caracterizadores da arquitetura privada romana, tais como a reprodução do modelo de casa itálica de átrio e peristilo, a integração de banhos privados na habitação e a profusão de pórticos em redor das habitações, de forma a possibilitar o acesso às *tabernae*, ocupando áreas construídas de 1 *actus* (MARTINS; FONTES, 2010, p. 116). Contudo, os inúmeros vestígios de *domus* conhecidos apresentam um carácter fragmentário, sendo raros os casos em que conseguimos recuperar a

planimetria das construções (Fig. 1). Na verdade, até hoje, apenas foi possível escavar na íntegra a totalidade de uma habitação, a *domus* das Carvalheiras, que corresponde ao exemplar mais representativo da arquitetura doméstica de *Bracara Augusta* (MARTINS, 1997/98, p. 25).



Fig. 1 - Malha urbana de *Bracara Augusta* com a localização das *domus* (arquivo UAUM). 1 - *Domus* das Carvalheiras; 2 - *Domus* do Ex. Albergue; 3 - *Domus* da Escola Velha da Sé; 4 - *Domus* da Frei Caetano Brandão e Santo António das Travessas; 5 - *Domus* do Seminário de Santiago; 6 - *Domus* da Afonso Henriques; 7 - *Domus* das Cavalariças.

A *domus* das Carvalheiras, construída no último quartel do século I, localizava-se no setor noroeste da cidade, nas proximidades do fórum administrativo, ocupando a totalidade de um quarteirão, sendo limitada por quatro ruas que permitiam o acesso aos pórticos e às *tabernae* dispostas na parte baixa da casa.

Na verdade, estamos perante um modelo clássico de casa de átrio e peristilo, de forma aproximadamente quadrangular, que ocupou uma área de 1152 metros quadrados (110 x 120 pés) (MARTINS *et al.*, 2012, p. 52). Esta habitação organizava-se em duas plataformas, como solução para os

problemas apresentados pela topografia do terreno. Na plataforma mais elevada situavam-se o átrio e os compartimentos envolventes, enquanto a zona mais baixa estava associada ao núcleo do peristilo, que formalizava uma ampla área aberta, em torno da qual se desenvolviam vários espaços da casa (Fig. 2.1). Estas áreas encontravam-se ligadas internamente por uma escada interior.

Na primeira metade do século II, a estrutura da *domus* foi remodelada com a construção de um balneário público, localizado no quadrante noroeste, ocupando uma área útil de 190 metros quadrados. Esta reforma inutilizou de todo o setor norte da casa e transformou o anterior peristilo na área da palestra das termas, tendo os compartimentos envolventes sido convertidos em lojas (*tabernae*) (MARTINS *et al.*, 2012, p. 63).

Outra *domus* foi identificada na zona arqueológica do Ex. Albergue Distrital. Enquadra-se no modelo de casa de peristilo, ocupava igualmente um quarteirão, localizado numa área nobre da cidade romana, situada nas proximidades do fórum. A fachada oeste da casa era ladeada por um pórtico aberto para um dos eixos mais importantes da cidade: o *cardo máximo* (Fig. 2.2).

Os vestígios de outra *domus* de peristilo, construída no século I, foram identificados na zona arqueológica da Escola Velha da Sé. Tal como na *domus* das Carvalheiras, a casa ocupou um quarteirão da cidade romana, sendo delimitada pelo *cardus maximus* na fachada leste. Esta habitação sofreu uma importante reforma entre o final do século III e o início do IV, associada à construção de banhos privados, que sacrificou a ala oeste da habitação, bem como toda área do peristilo (Fig. 2.3) (MAGALHÃES, 2013, p. 24).

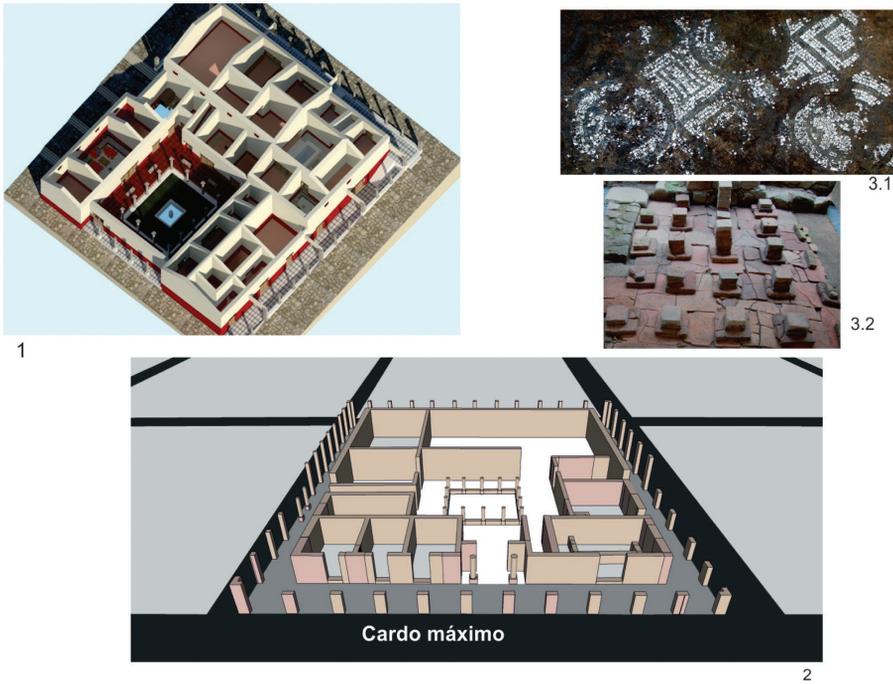


Fig. 2 - 1. Restituição 3D da *domus* das Carvalheiras (UAUM); 2. Planta interpretada da *domus* do Ex. Albergue Distrital; 3.1 Pormenor do mosaico *domus* da Escola Velha da Sé; 3.2 Hipocausto do balneário da *domus* da Escola Velha da Sé (GACMB).

Uma *domus* a mais com peristilo foi identificada na área arqueológica da rua Frei Caetano Brandão/Santo Antônio das Travessas. Provavelmente, foi construída no século I e demolida no século II para a construção das grandes termas públicas. Esta unidade habitacional encontrava-se ladeada, a poente, pelo cardo máximo. Da mesma forma que as anteriores, ocupou um quarteirão da cidade romana, sendo atualmente apenas conhecida a sua parte sul (Fig. 3.1).

As ruínas identificadas no claustro do Seminário de Santiago também correspondem a uma *domus*, construída no final do século I, ostentando um pátio. No final do século III e no início do IV, esta unidade habitacional sofreu uma remodelação na sua área aberta, que foi transformada num peristilo, no centro do qual foi construído um tanque, revestido com mosaicos com figurações de fauna marinha (Fig. 3.2) (MAGALHÃES, 2010, p. 89).

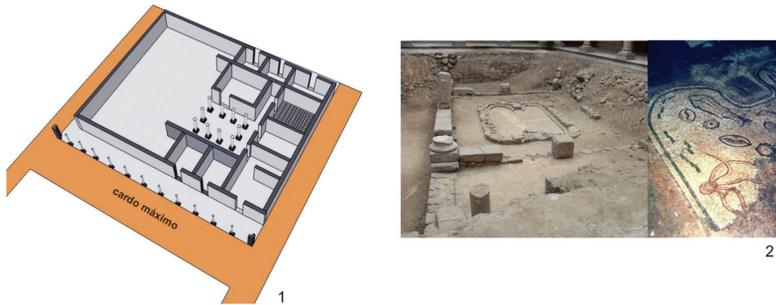


Fig. 3 - 1. Planta interpretada da *domus* da Frei Caetano Brandão e Santo António das Travessas; 2. Peristilo e pormenor do mosaico do tanque da *domus* do Seminário de Santiago.

As escavações realizadas, números 42/56, da rua Afonso Henriques, permitiram identificar a parte de outra *domus* de peristilo (Fig. 4.1). Construída em meados do século I, estava localizada a norte do *decumanus maximus*. No século II, a habitação foi demolida para a construção de um complexo termal público (MARTINS *et al.*, 2014, p. 100).

Ainda no grupo das casas de peristilo, cabe destacar a *domus* identificada na zona arqueológica das Cavalariças, que data do final do século I. Esta habitação estava localizada ao sul do *forum*, sendo delimitada pelo *cardus maximus* na fachada nascente (Fig. 4.2). Entre o final do século III e o início do IV, a *domus* sofreu uma importante remodelação associada à monumentalização de alguns espaços, fato que implicou alterações na disposição dos compartimentos (SILVA, 2013, p. 63).

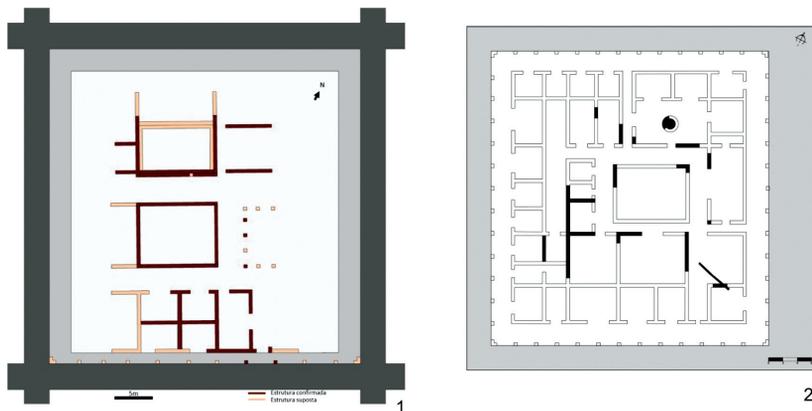


Fig. 4 - 1. Planta restituída da *domus* da rua Afonso Henriques; 2. Planta interpretada da *domus* das Cavalariças (UAUM).

A tipologia das *domus*

A casa romana caracterizava-se pela diversidade de soluções formais, construtivas e funcionais, pelo que não existem modelos rígidos de *domus*, pois a casa urbana foi sempre um edifício marcado pela subjetividade do proprietário e do arquiteto, que imprimiam cunhos pessoais nas suas construções. No entanto, verifica-se a recorrência de elementos construtivos que tipificam os contextos domésticos, sendo natural a heterogeneidade das suas plantas.

Nas várias províncias do Império, procurava-se reproduzir os modelos itálicos, que foram adaptados a diferentes condições geográficas, climatéricas e topográficas, traduzindo igualmente a diversidade dos sistemas construtivos regionais. Em *Bracara Augusta*, o estudo da arquitetura doméstica encontra-se ainda limitado pelo fato de apenas se conhecer a planimetria de uma única casa. Das restantes conhecem-se somente partes, o que limita e dificulta a compreensão da totalidade dos espaços característicos das *domus*, bem como da sua articulação interna.

O poder econômico do proprietário e os seus gostos pessoais, bem como o espaço disponível para a construção das habitações, eram fatores que influenciavam a morfologia das *domus*, pelo que não existe “uma casa romana”, mas sim “casas romanas”, adaptadas às diversas condicionantes (URIBE AGUDO, 2008, p. 616).

Até o momento, julgamos poder identificar, em *Bracara Augusta*, dois tipos de *domus*, tendo como referência as classificações conhecidas para a arquitetura doméstica romana: um deles é definido pela casa de átrio e peristilo; o outro está representado pela casa de peristilo.

O modelo de casa de átrio e peristilo foi testemunhado na *domus* das Carvalheiras, enquanto a casa de peristilo foi identificada nas demais *domus*. A classificação proposta foi estabelecida com base na existência ou não de determinados espaços no interior da *domus*. Como elementos definidores, distinguem-se as áreas de circulação da casa, ou seja, o átrio e o peristilo, dois espaços abertos que apresentavam semelhanças no que concerne à sua configuração. No entanto, cumpriam funções diferentes na organização da vida familiar do proprietário, uma vez que o núcleo do átrio estaria destinado a cumprir a função pública da habitação, onde estava localizado o *tablinum*; enquanto o peristilo tinha um caráter simultaneamente privado e público,

pois era aí que se situavam os *cubicula*, mas também o *triclinium*, a *exedra* e o *oecus*, usados nos banquetes e na recepção dos convidados.

Os espaços abertos que definem as tipologias das casas funcionaram como elemento organizador e distribuidor do espaço, possuíam significado decorativo e atuavam como fonte de luz e ar para o interior da habitação. A presença de um peristilo na casa itálica veio enriquecer toda a sua estrutura, acrescentando-lhe mais uma área aberta, com funções organizadoras do espaço doméstico, que mereceu investimentos consideráveis em termos de decoração e embelezamento. O peristilo aplicava conceitos de ordem, simetria, distribuição harmoniosa dos espaços, configurados numa área aberta que se converteu num espaço de ócio, onde se podia desfrutar da natureza por intermédio da presença de um jardim interior.

A *domus* de peristilo foi o tipo de habitação mais representado na Hispânia, o mesmo se verificando em *Bracara Augusta*, já que esse parece ser o modelo predominante nas habitações registadas até o momento. Este protótipo perdurou na arquitetura doméstica até finais do século IV, sendo de destacar que quase todas as habitações de *Bracara Augusta* viram remodelados os seus peristilos nas reformas mais ou menos profundas que sofreram entre o final do século III e o início do IV (URIBE AGUDO, 2008, p. 637).

Considerações finais

A casa romana era reflexo do estatuto e da riqueza dos seus habitantes, refletindo nas suas características a classe social dos seus proprietários. Assim, as *domus* eram o cenário principal da vida política e social das elites urbanas, pelo que constituíam uma representação física do seu poder econômico, funcionando como estrutura de controle social e cenário onde se desenrolavam complexas relações de sociabilidade, quer associadas aos seus ocupantes, quer destes com a sociedade.

Dessa forma, quando se analisa a habitação romana, esta não pode ser encarada como um edifício isolado, mas sim inserido no contexto histórico, econômico e social das cidades que conferem sentido à sua estrutura, ao protagonismo dos seus proprietários, mas também às soluções construtivas que evidenciam, influenciadas pela topografia, pelos materiais disponíveis, pelo parcelamento ou pela sua localização na trama urbana.

Nos últimos anos, os estudos sobre arquitetura doméstica têm experimentado abordagens que se relacionam com a função da casa como espelho social das classes que as habitavam. Os esforços convergem no sentido de perceber a casa romana, sobretudo provincial, na diversidade de soluções que apresentam ao tentar reproduzir a orgânica dos modelos itálicos adaptados a diferentes condicionalismos regionais, culturais e sociais.

Como residência do *pater familias*, as *domus* funcionavam como local de habitação, mas também como cenários de múltiplas relações de poder entre os seus diferentes ocupantes (homem/mulher, adultos/jovens, senhores/servos), entre o senhor e os seus clientes, que a ela afluíam diariamente, e entre o dono da casa e os seus convidados. As *domus* representavam, assim, um dos contextos mais poderosos para compreender as múltiplas sociabilidades que se desenrolavam no dia a dia das cidades do Império. A casa era também o contexto onde se definiam e afirmavam as identidades masculinas, femininas e servis, bem como a identidade da família e o seu papel na sociedade. Por outro lado, era na casa que se assegurava a reprodução da família, educavam-se os mais novos e se estabeleciam os vínculos com os antepassados. Era na casa, e igualmente por meio dela, designadamente nas salas de recepção e nos salões triclinares, com as suas ricas decorações, mas também nos *balnea*, que os proprietários revelavam o seu estatuto, o seu poder econômico e o seu nível cultural.

No entanto, apesar de altamente promissora, esta linha de investigação vê-se confrontada com obstáculos que são inerentes à interpretação da funcionalidade dos diferentes espaços que formalizavam as habitações. Por um lado, tratam-se de vestígios de construções trazidos à luz do dia no âmbito da Arqueologia Urbana, que, pelo carácter truncado dos mesmos, raramente possibilitam a reconstituição da planta integral dos edifícios. Por outro lado, os vestígios que vão sendo recuperados pelas escavações e que permitem interpretar as planimetrias dos espaços habitacionais encontram-se, regra geral, bastante destruídos, não fornecendo indicadores decorativos que possibilitem identificar com clareza os espaços orgânicos das casas, como acontece com os pavimentos ou as pinturas murais.

Apesar de todos os constrangimentos expressos e da nossa certeza de que lidamos, no caso concreto de *Bracara Augusta*, com vestígios limitados,

julgamos útil o exercício de conhecer melhor a casa romana bracaraugustana, ela própria um organismo em permanente mudança.

Os dados disponíveis sugerem que as *domus* de *Bracara Augusta* respeitavam os modelos itálicos que estavam na sua origem, integrando a generalidade dos espaços privados e públicos característicos destes tipos de habitações. Na verdade, a casa senhorial romana era um verdadeiro microcosmo, desdobrando-se na sua plurifuncionalidade representada nos seus diferentes espaços. Nalgumas habitações identificadas, é possível reconhecer os *cubicula*, sugerir a localização do *tablinum*, normalmente situado perto da entrada principal, e do *triclinium*, que ocuparia um lugar de destaque na envoltura do peristilo. Outros espaços são mais difíceis de identificar, como acontece com áreas de serviços, sejam elas cozinhas ou latrinas, apenas identificadas na *domus* das Carvalheiras. Todas as casas revelam, contudo, uma envoltura de pórticos, bem como numerosas *tabernae* instaladas nas fachadas, que sugerem a animação econômica do comércio a retalho ao longo das ruas.

Tal como acontecia noutras cidades, as *domus* de *Bracara Augusta* testemunham a riqueza das elites residentes, as únicas que teriam capacidade econômica para as mandar construir, sustentar a sua manutenção ou remodelá-las, situação bem documentada entre o final do século III e o início do IV, quando a grande maioria destas habitações conheceu um programa de renovação, que, em muitos casos, se traduziu na introdução de balneários privados e na reorganização das áreas em torno dos peristilos. Sabemos que muitas destas reformas implicaram um aumento da área habitada, com sacrifício dos anteriores pórticos, que passam a ser ocupados por lojas. Estas modificações conduziram, naturalmente, à alteração da estrutura das casas no Baixo-Império, que mereceram também elaborados programas decorativos, representados por estuques pintados e por pavimentos de mosaicos. De fato, as remodelações tardias registadas na arquitetura doméstica são reveladoras do enriquecimento dos proprietários de algumas *domus*, o que demonstra que *Bracara Augusta* foi ocupada, durante o século IV, por uma elite abastada, cujas casas continuavam a ser os principais cenários de representação.

Referências

- BERMEJO TIRADO, J. Arqueología de las actividades domésticas: una propuesta metodológica para el mundo romano. *Anales de la Universidad de Murcia*, v. 27, p. 227-247, 2007.
- FERNÁNDEZ DIAZ, A.; QUEVEDO SÁNCHEZ, A. La configuración de la arquitectura doméstica en *Carthago Nova* desde época tardo-republicana hasta los inicios del bajo imperio. *Anales de la Universidad de Murcia*, v. 23-24, p. 273-309, 2007/2008.
- FERNÁNDEZ VEGA, P. A. *La casa romana*. Madrid: Ediciones Akal, 1999.
- GUILLEN, J. *Urbs Roma: vida y costumbres de los romanos*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1997.
- MAGALHÃES, F. *Arquitetura doméstica em Bracara Augusta*. Dissertação de Mestrado, Braga: Universidade do Minho, 2010.
- MAGALHÃES, F. *Arquitetura doméstica em Bracara Augusta. Interconexões*, v. 1, n. 1, p. 13-30, 2013.
- MARTINS, M. A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto. *Cadernos de Arqueologia*, n. 14 /15, p. 23-45, 1997/1998.
- MARTINS, M.; DELGADO, M. História e arqueologia de uma cidade em devir: *Bracara Augusta*. *Cadernos de Arqueologia*, n. 6/7, p. 11-39, 1989/1990.
- MARTINS, M.; FONTES, L. Bracara Augusta. Balanço de 30 anos de investigação arqueológica na capital da Galécia romana. *Simulacra Romae II*, n. 19, p. 111-124, 2010.
- MARTINS, M. *et al.* Urbanismo e arquitetura de Bracara Augusta: sociedade, economia e lazer. In: RIBEIRO, M. C.; MELO, A. (Coord.). *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga: CITCEM, 2012, p. 29-69.
- MARTINS, M. *et al.* *Água: um patrimônio de Braga*. Braga: CITCEM, 2012.
- MARTINS, M. *et al.* Metamorfoses de um espaço urbano: a sequência de ocupação da zona arqueológica da rua Afonso Henriques números 42 a 56, em Braga. *Oppidum*, Braga, n. 7, p. 95-111, 2014.
- RAPOPORT, A. *Vivienda y cultura*. Barcelona: Editorial Gustavo Gil, 1972.
- SILVA, J. R. C. *A insula das Carvalheiras: estudo de um exemplo de arquitetura privada em Bracara Augusta*. Dissertação de mestrado em Arqueologia, Braga: Universidade do Minho, 2000.

SILVA, J. *A domus da zona arqueológica das antigas Cavalariças de Braga*. Contributo para o estudo da arquitetura doméstica em Bracara Augusta. Dissertação de Mestrado, Braga: Universidade do Minho, 2013.

URIBE AGUDO, P. *La edilicia doméstica urbana romana en el nordeste de la Península Ibérica (século I a.C – III d. C)*. Tese de Doutoramento, Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2008.

URIBE AGUDO, P.; HERNÁNDEZ VERA, J.; BIENES CALVO, J. La edilicia urbana privada en los baños: o estado de la cuestión. *Caesaugusta*, n. 82, p. 241-260, 2011.

WALLACE-HADRILL, A. The social spread of roman luxury: sampling Pompeii and Herculaneum. *Papers of the British School at Rome*, n. 58, p. 145-193, 1990.